



# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

## SECRETARIA JURÍDICA

EXMO. SR. PRESIDENTE

PL 811/2025

A autoria da presente Proposição é do Vereador  
Henri José Arida.

Trata-se de PL que dispõe sobre a instituição da  
“Rota da Fé Sorocabana” como Rota de Especial Interesse Turístico no Município de  
Sorocaba e dá outras providências.

**Este Projeto de Lei encontra respaldo em  
nosso Direito Positivo**, neste diapasão passa-se a dispor:

Dispõe este PL:

*Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Sorocaba, a  
“Rota da Fé Sorocabana” como Rota de Especial Interesse  
Turístico, com o objetivo de promover e valorizar os atrativos  
turísticos locais, fomentando o desenvolvimento econômico,  
histórico, cultural, religioso e ambiental da região.*

*Art. 2º A “Rota da Fé Sorocabana” será constituída pelos  
seguintes elementos, que compõem o seu percurso:*

*I – Vias, trilhas e demais estruturas inseridas no entorno da sua  
faixa de domínio;*





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

## SECRETARIA JURÍDICA

*II – Igrejas, capelas, santuários e outras edificações de caráter religioso, histórico e turístico;*

*III – Eventos e atividades relacionadas ao turismo religioso, histórico e cultural;*

*IV – Pontos de apoio, sinalização turística e materiais informativos físicos e digitais.*

A presente Proposição justifica-se, pois:

*A presente proposição busca instituir a “Rota da Fé Sorocabana” como Rota de Especial Interesse Turístico, valorizando o patrimônio histórico, natural e espiritual do município, e promovendo o fortalecimento do turismo religioso e cultural.*

*Nossa iniciativa busca integrar locais de devoção e de relevância histórica em um circuito turístico que fortaleça o turismo religioso em Sorocaba e região, divulgando nacionalmente as belezas da cidade — berço do tropeirismo — e consolidando um roteiro com potencial de projeção nacional e internacional, à semelhança do Caminho de Santiago de Compostela (Espanha), da Rota de Nossa Senhora de Fátima (Portugal) e da Rota da Fé em Aparecida (São Paulo).*

*A criação da “Rota da Fé Sorocabana” contribuirá para o incremento da demanda turística, atraindo investimentos públicos e privados na melhoria da infraestrutura, recuperação do*





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

## SECRETARIA JURÍDICA

*patrimônio histórico e cultural, e expansão dos serviços de hospedagem, alimentação, transporte e lazer.*

*Nesse sentido, pretende-se com essa iniciativa fortalecer o turismo religioso na região, impulsionando o desenvolvimento territorial e promovendo a identidade dos locais envolvidos.*

*O projeto também se alinha aos princípios da Constituição Federal, especialmente ao art. 215, que garante os direitos culturais e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, e ao art. 180, que determina “o incentivo ao turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”.*

*Assim, a rota inclui vias, trilhas, estruturas religiosas e turísticas, bem como eventos relacionados ao turismo religioso, os quais conecta locais de notória relevância turística, incluindo trechos da Rota da Marquesa e da Rota Cicloturística “Caminho da Toninha”, integrando espaços de grande valor cênico, histórico e simbólico. Cabe demarcar que os atrativos que compõem a rota, além de sua beleza, representam a fé, a cultura e a memória de Sorocaba, oferecendo ao visitante uma experiência de turismo de fé, história e pertencimento.*

Destaca-se que os termos deste PL encontram fundamento na Constituição da República, a qual estabelece que os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, *in verbis*:





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

## SECRETARIA JURÍDICA

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

*Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.*

Sublinha-se, por fim, que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em sua função jurisdicional de controle de constitucionalidade firmou entendimento pela constitucionalidade de Lei de iniciativa parlamentar, que trata de assunto correlato a esta Proposição, nos termos do Acórdão infra colacionado prolatado em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (As mesmas razões de decidir aplicam-se a este PL):

***Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2382888-79.2024.8.26.0000***

***Autor: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ***

***Réu(s): PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ***

***Ação Direta de Inconstitucionalidade Lei Municipal nº 6.532/24, de iniciativa parlamentar, que “Institui o Programa de Incentivo ao Turismo de Esportes” Alegação de inconstitucionalidade por vício de iniciativa Ausência, em termos gerais, do vício alegado, à luz do Tema nº 917 da Repercussão Geral Precedentes do C. Supremo Tribunal Federal Norma que se limita ao estabelecimento de diretrizes gerais para consecução da política***





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

## SECRETARIA JURÍDICA

*pública instituída, sem avançar sobre assuntos afeitos à iniciativa privativa do Prefeito ou à reserva da administração - Ação julgada improcedente.*

*São Paulo, 7 de maio de 2025.*

Face a todo o exposto verifica-se que esta Proposição encontra guarida na Constituição da República Federativa do Brasil, **sendo que, sob o aspecto jurídico, nada a opor.**

É o parecer.

Sorocaba, 04 de dezembro de 2025.

MARCOS MACIEL PEREIRA

Procurador Municipal



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100300035003900380038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **MARCOS MACIEL PEREIRA** em 04/12/2025 16:03

Checksum: **D92CD077D6FD4BEE561B093E18A212F8574404552AE74B78317188ABA0A82915**



Autenticar documento em <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3100300035003900380038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.